



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO
GABINETE DO PREFEITO



Ofício 371

Ofício nº 359/2025/GAPRE

Uruguaiana, 25 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Joalcei Alves Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana
NESTA

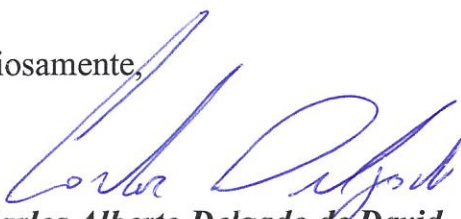
Assunto: Encaminha Resposta.

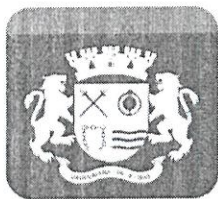
Excelentíssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao disposto no inciso XIV do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Uruguaiana, vimos pelo presente, encaminhar a **Comunicação Interna nº 335/2025 da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ)**, em resposta ao **Ofício nº 873/2025/DLEG**, do Poder Legislativo que solicita providências, conforme documento em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despeço-me com votos de elevada estima e consideração, permanecendo a disposição, para eventuais informações que ainda se fizerem necessárias.

Atenciosamente,


Carlos Alberto Delgado de David
Prefeito Municipal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**



COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 335/2025

DATA: 26/06/2025

De: Secretaria Municipal de Fazenda - SEFAZ
Para: Secretaria Municipal de Governo - SEGOV
Assunto: Encaminha

Sra. Secretária:

Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos através desta, em atenção a CI nº. 890/2025/SEGOV, que encaminhou Ofício nº. 873/2025/Câmara Uruguaiana, encaminhar a CI nº. 019/2025/Contabilidade – SEFAZ.

Sendo o que tínhamos para o momento.
Atenciosamente,


Valdir Venes da rosa
Secretário Municipal de fazenda



COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 019/2025-IRGA

DATA: 25/06/2025

De: Diretoria de Contabilidade - SEFAZ
Para: Secretária de Fazenda-Expediente Gab. Secretário
Assunto: Faz Informação

Senhor Secretário,

Para conhecimento e encaminhamento à SEGOV.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atendimento à CI n.º 890/2025 da SEGOV, que traz ofício n.º 873/2025 do Legislativo solicitando esclarecimento sobre a RREA do exercício 2022 para responder a apontamento do TCERS, vimos apresentar o seguinte:

. O valor questionado de 280,091,742,44, referente à RREA (de 2022), informado pelo Legislativo ao TCERS, no PAD do 2º semestre de 2023, é o mesmo valor total ajustado constante da página 57 do RVE do Executivo, relativo ao PAD do 6º bimestre de 2023;

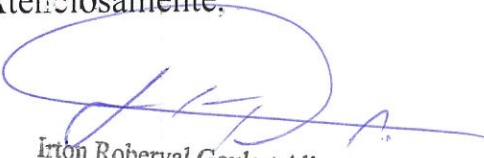
. O valor questionado de 442.294.895,98, referente à receita total do município, informado pelo Legislativo ao TCERS, no PAD do 2º semestre de 2023, é o valor composto das informações constantes da página 17 do RVE do Executivo, relativo ao PAD do 6º bimestre de 2023, onde se lê Receitas Correntes 474.747.035,89, Receita de Capital 12.092.023,51 e Deduções das Receitas Correntes 44.544.163,42; e

. Portanto, os valores questionados constam do RVE do Executivo.

Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente,

Diretoria de Contabilidade


Irton Roberval Goulart Ali
Matr. 593400 - PMU
Contador
CRC/RS 62.204



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 23.0.2.3

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



62301113549830953

07/02/2024 - 23:39:51

PM DE BRJGUAIANA

ORGÃO Nº: 62400

CNPJ: 83131164000107

01/01/2023 a 31/12/2023

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91128019203000000000	Dedução - TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOMINIO PUBLICO	-47,81	0,00	-47,81
91128019200000000000	Dedução - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	-65,12	0,00	-65,12
91128019301000000000	Dedução - TAXA DE LICENCA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	-584,32	0,00	-584,32
91128019302000000000	Dedução - TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	-6,08	0,00	-6,08
91128019401000000000	Dedução - TAXA DE LICENCA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	-111.442,04	0,00	-111.442,04
91128019402000000000	Dedução - TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	-2.422,19	0,00	-2.422,19
91128019403000000000	Dedução - TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOMINIO PUBLICO	-5.747,83	0,00	-5.747,83
91128019400000000000	Dedução - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	-1.460,89	0,00	-1.460,89
91128019403000000000	Dedução - OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR - OODC - TO-TAXA OCUPACAO	-9.136,66	0,00	-9.136,66
91128029101000000000	Dedução - Taxa pela Prestacao de Servicos de Limpeza Publica	-111.696,28	0,00	-111.696,28
91128029201000000000	Dedução - Taxa pela Prestacao de Servicos de Limpeza Publica - Multa e Juros	-2.005,58	0,00	-2.005,58
91128029301000000000	Dedução - Taxa pela Prestacao de Servicos de Limpeza Publica - Div da Ativa	-2.780,57	0,00	-2.780,57
91128029401000000000	Dedução - Taxa pela Prestacao de Servicos de Limpeza Publica - Multa e Juros da Divida Ativa	-568.416,28	0,00	-568.416,28
91240001100000000000	Dedução - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	-18.201,36	0,00	-18.201,36
91240001200000000000	Dedução - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	-105,85	0,00	-105,85
91240001300000000000	Dedução - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	-97,77	0,00	-97,77
91240001400000000000	Dedução - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-33.456,97	0,00	-33.456,97
TOTAL		289.091.742,44	0,00	280.091.742,44

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	22.914.743,08	0,00	22.914.743,08	1,0816	24.784.586,12
Fevereiro	29.045.268,50	0,00	29.045.268,50	1,0503	30.796.698,19
Março	21.888.103,82	0,00	21.888.103,82	1,0446	22.864.313,25
Abril	22.875.575,77	0,00	22.875.575,77	1,0205	23.344.525,07
Maio	25.156.738,14	0,00	25.156.738,14	1,0163	25.566.792,97
Junho	20.342.554,47	0,00	20.342.554,47	1,0093	20.531.740,23
Julho	23.893.348,57	0,00	23.893.348,57	1,0031	23.967.417,95
Agosto	20.044.551,35	0,00	20.044.551,35	1,0031	20.106.689,46
Setembro	18.920.619,80	0,00	18.920.619,80	1,0031	18.979.273,72
Outubro	24.169.310,29	0,00	24.169.310,29	1,0031	24.244.235,15
Novembro	21.002.303,73	0,00	21.002.303,73	1,0031	21.067.410,87
Dezembro	29.838.624,92	0,00	29.838.624,92	1,0031	29.931.124,66



FR / CO	Descrição	Valor Contábil
500 / 1002	Recursos não vinculados de impostos	491.520,81
SUBTOTAL IV		491.520,81

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	20,23	54.223.546,46

3.7.1 Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000000000	RECEITAS CORRENTES	474.747.035,89	0,00	474.747.035,89
20000000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	12.092.023,51	0,00	12.092.023,51
91000000000000	(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-44.544.163,42	0,00	-44.544.163,42
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12150110000000000000	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	537.978,77	0,00	537.978,77
13210101030100000000	Remun.Bancaria do Fundo Mun.de Saude - recurso livre	26.663,47	0,00	26.663,47
13210101030200000000	Rem.Bancaria - vinculo 1621/4090 ESF Estadual	47.914,14	0,00	47.914,14
13210101030300000000	Rem.Bancaria - vinculo 1621/4050 - Farmacia Basica	13.621,74	0,00	13.621,74
13210101030400000000	Rem.Bancaria - vinculo 1621/4011 - Atencao Basica Estadual	27.156,30	0,00	27.156,30
13210101030500000000	Rem.Bancaria - vinculo 1621/4170 - SAMU/UPA	46.049,22	0,00	46.049,22
13210101030600000000	Rem.Bancaria - Vinculo 1600/4502 - custeio vigilanc em saude	8.101,86	0,00	8.101,86
13210101030700000000	Rem.Bancaria - Bloco custeio - Fundo Mun.Saude - Livre	418.503,11	0,00	418.503,11
13210101031000000000	REM.BANC.VINCULO 1600/4501 (antes 4600 CEO)	2.865,21	0,00	2.865,21
13210101031100000000	REM.BANCARIA VINCULO 1600/4505	124.570,58	0,00	124.570,58
13210101031200000000	REM.BANCARIA VINCULO 1600/4511 (antiga 4929 e 4935)	29.507,89	0,00	29.507,89
13210101031300000000	REM.BANC.VINCULO 1600/4503 (antiga 4840) FARMACIA POPULAR	193,88	0,00	193,88
13210101031400000000	REMUNERACAO BANCARIA PIM FONTE 1621 DESD 4160	25.768,79	0,00	25.768,79
13210101031500000000	REM.BANCARIA VINCULO 1600/4504 (antiga 4841,4941 e 4930)	23.895,19	0,00	23.895,19
13210101031600000000	REM.BANC.VINCULO 1621/4190	10.417,66	0,00	10.417,66
13210101031700000000	REM.BANC.VINCULO 1621/4111	910,11	0,00	910,11
13210101032300000000	REM.BANC.VINCULO 1621/4294	412,97	0,00	412,97
13210101032400000000	REM.BANC.VINCULO 1621/4220	26.775,40	0,00	26.775,40
13210101032600000000	REM.BANC.VINCULO 1621/4293	72.769,52	0,00	72.769,52
13210101032700000000	REM.BANCARIA VINCULO 1621/4292	9.626,81	0,00	9.626,81
13210101032800000000	REM.BANCARIA VINCULO 1659/1123	11.422,10	0,00	11.422,10
13210101032900000000	REM.BANCARIA VINCULO 1621/4302	631,86	0,00	631,86
13210101033000000000	REM.BANCARIA VINCULO 1621/4005	802,06	0,00	802,06
13210101033100000000	REM.BANCARIA VINCULO 1601/4512 (antigo 4621)	3.454,27	0,00	3.454,27
13210101070200000000	REM.BANCARIA VINCULO 1156	49,11	0,00	49,11
13210101070300000000	REM.BANC.VINCULO 1660/1063 PROGRAMA BOLSA FAMILIA	32.204,25	0,00	32.204,25
13210101070400000000	REM.BANC.VINCULO 1660/1012 PROG.ERRRADICAC TRABALH INFANTIL	4.811,90	0,00	4.811,90
13210101070500000000	REM.BANCARIA VINCULO 1660/1133	48.589,55	0,00	48.589,55
13210101070600000000	REM.BANCARIA VINCULO 1660/1130	2,02	0,00	2,02
13210101070700000000	REM.BANCARIA VINCULO 1660/1104	2.869,14	0,00	2.869,14
13210101070800000000	REM.BANCARIA VINCULO 1660/1114	19.714,78	0,00	19.714,78



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO
GABINETE DO PREFEITO



C.I. n° 890/2025/SEGOV

Uruguaiana, 24 de junho de 2025

DE: Secretaria Municipal de Governo – SEGOV

PARA: Secretaria Municipal de Fazenda – SEFAZ, E

PARA: Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico – SEPLAN

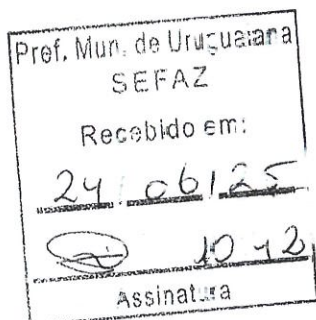
Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, reitero o Ofício n° 873/2025/DLEG, de autoria do Poder Legislativo, bem como o prazo dilatado.

Fica estabelecido o prazo máximo de 05 (cinco) dias para resposta, contados a partir do recebimento deste documento, sendo a data final **até o dia 01 de julho de 2025**.

Ainda, a resposta desta Comunicação Interna deverá ser encaminhada junto a cópia do referido Ofício, bem como mencionando a C.I. supramencionada.

Atenciosamente,



Soraya
Soraya Leal Salomão,

Secretária Adjunta de Governo.

A Contabilidade

Valdir
Valdir Venes da Rosa
Secretário Munic. de Fazenda
Prefeitura Municipal Uruguaiana
24/06/25



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Of. nº 873 /2025 - DCF/SEFIT

Uruguaiana, 05 de junho de 2025.

Exmo. Sr.
Carlos Delgado de David
Prefeito Municipal de Uruguaiana
Nesta

Assunto: solicita informações sobre a Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior – RREA, referente ao Exercício Financeiro 2023, período de referência de 2º semestre / 3º Quadrimestre, constantes no Programa Autenticador de Dados – PAD/TCERS

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

1. No ensejo de cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para informar Vossa Excelência que esta Casa Legislativa foi notificada pelo TCE/RS para que preste oficialmente os devidos esclarecimentos sobre as divergências, encontradas pela equipe técnica desse Tribunal, quando da auditoria realizada pelo Sr. Auditor Vinícios Feistel Valério, sobre a RREA, processo nº 1112-0200/23-1 item 5.1.1, peça nº 6621346, páginas 10 e 11, também a página 1 da peça 5621341, ambas anexas ao presente ofício, as quais foram declaradas por este Poder Legislativo Municipal e a constante do Relatório de Gestão Fiscal -RGF do Poder Executivo Municipal.
2. Nesse sentido informamos ainda, que tais Receitas são declaradas pela Câmara Municipal de Uruguaiana – CMU, baseadas em informações oficiais com o rígido cuidado de serem exatamente iguais as informadas pela Prefeitura Municipal de Uruguaiana – PMU, fato que nos causa estranheza as afirmativas observadas pela auditoria do TCE/RS em documento anexo referente ao mesmo processo nº 1112-0200/23-1 CM de Uruguaiana.
3. Oportuna-se salientar que nesse mesmo documento de auditoria TCE/RS, é feita a alusão a peças processuais, onde nos são exigidas a apresentação de defesa ou esclarecimentos sobre estas divergências, com prazos previamente determinado, fato que justifica nossa solicitação.
4. Por fim, solicitamos a maior brevidade no retorno dessas informações para que Esta Câmara Municipal encaminhe os esclarecimentos devidos ao TCE/RS dentro do prazo legal.

Atenciosamente,

Ver. **João Alves Gonçalves**
Presidente



restando atendido o disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal n.º 101/2000.

4.2.2 Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal

As despesas empenhadas e não pagas devem ser inscritas em restos a pagar ao final do exercício financeiro, nos termos do disposto no artigo 36 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

As informações extraídas do Modelo 11 (demonstrativo dos restos a pagar) do Anexo II da Instrução Normativa TCE/RS n.º 11/2023 (peça 5673630) permitem verificar os valores dos empenhos efetuados nos meses de maio a dezembro de 2023 (peça 6621334), com a identificação dos não liquidados e dos liquidados e não pagos durante o exercício, e as respectivas disponibilidades financeiras, no intuito de verificar o cumprimento do disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Quadro 6 – Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira

Recurso	Restos a Pagar			Disponibilidade Financeira	Insuficiência
	Processados	Não Processados	Total		
500	R\$ 130.561,76	R\$ 363.260,66	R\$ 493.822,42	R\$ 2.231.192,62	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 130.561,76	R\$ 363.260,66	R\$ 493.822,42	R\$ 2.231.192,62	R\$ 0,00

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

(1) Legenda dos códigos de Fonte ou Destinação de Recursos - FR:
0502 - Recursos não vinculados de Impostos

Conclui-se que o Administrador do Poder Legislativo **atendeu** aos preceitos inscritos no art. 42 da LC Federal n.º 101/2000, tendo em vista que há suficiente disponibilidade financeira para as despesas empenhadas nos últimos dois quadrimestres do mandato, nas Fontes de Recursos relacionados, que não foram pagas dentro do mesmo.

5 LIMITES CONSTITUCIONAIS

5.1 Gastos Totais e com Folha de Pagamento

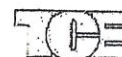
Conforme os incisos I a VI do artigo 29-A da Constituição Federal e inciso VI do artigo 59 da Lei Complementar n.º 101/2000, os **gastos totais** do Legislativo Municipal serão constituídos pelo somatório das despesas orçamentárias liquidadas no exercício, deduzidas as despesas orçamentárias com inativos e pensionistas, em atendimento ao disposto no artigo 29-A da Constituição Federal e decisão unânime do Tribunal Pleno no Processo n.º 1339-02/2001-0, em Sessão de 14/11/2001.

A composição analítica dos gastos totais e o limite para o gasto com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal é oriunda das informações contábeis que constam no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE – e será emitido automaticamente pelo Programa Autenticador de Dados – PAD –, gerado pelo Poder Executivo Municipal, com base na Instrução Normativa TCE/RS n.º 11/2023, Modelo 13.

A base de cálculo para fins de aplicação dos limites estabelecidos no artigo 29-A da Constituição Federal é a **Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior** – RREA – atualizada monetariamente.

5.1.1 Receita efetivamente realizada no exercício anterior

O Poder Legislativo apresentou o Demonstrativo dos Gastos Totais – Modelo 13 – do



exercício de 2023 (peça 5673631) utilizado para a análise pretendida neste relatório, nos termos do artigo 59, inciso VI, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, com vistas ao cumprimento do artigo 29-A da Constituição Federal.

Ressalta-se que foi realizada atualização monetária na receita efetivamente realizada no exercício anterior – RREA –, nos termos dos Pareceres TCE/RS nº 25/2003 e nº 15/2010 e da Instrução Normativa TCE/RS nº 02/2004.

Consoante análise da equipe técnica, houve **alteração do valor da RREA** declarada pelo Legislativo Municipal, pois estava diferente do constante do Relatório de Validação e Encaminhamento do Poder Executivo Municipal, conforme consta no Demonstrativo dos Gastos Totais Atualizado (peça 6621341).

A divergência destacada acima **interfere na apuração dos limites de gastos totais e de folha de pagamento** previstos no artigo 29-A, incisos I a VI e seu §1º, da Constituição Federal.

Por esse motivo, o Administrador deve **adotar medidas corretivas** para evitar sua ocorrência, aperfeiçoando seu processo de transparência e evidenciando as Receitas Efetivamente Realizadas no Exercício Anterior.

Registra-se que irregularidade dessa mesma natureza consta no processo de contas ordinárias nº 001106-0200/22-2, relativo ao exercício de 2022, cuja decisão nº 2E-0150/2024 foi no sentido de "recomendar à Origem que (com base no parágrafo 1º do artigo 45 da LOTCE e no inciso XIII do artigo 5º do RITCE) mantenha informações contábeis fidedignas, especialmente a respeito da ROL e da RREA, no afã de auferir confiabilidade e transparência à gestão orçamentária, conforme discorrido nos itens 4.1.2 e 5.1.1 do Relatório de Contas Ordinárias - RCO [alínea c.º]".

Por fim, cumpre referir que os responsáveis estão sujeitos a **apresentar defesa ou esclarecimentos** acerca da inconformidade apurada neste item, nos termos do disposto no artigo 12, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal.

5.1.2 Gastos totais

Os gastos totais do Poder Legislativo somaram **R\$ 11.239.467,95**, valor inferior ao limite de R\$ 17.171.088,46, correspondente a 6% sobre a RREA atualizada monetariamente, de R\$ 286.184.807,64.

Assim, conclui-se que o Poder Legislativo **atendeu** ao disposto no art. 29-A (incisos I a VI) da Constituição Federal.

5.1.3 Gastos com folha de pagamento

Os gastos com folha de pagamento totalizaram **R\$ 9.230.175,82**, representando **53,75%**, não ultrapassando o limite de até 70,00% para os gastos totais.

Conclui-se que o Poder Legislativo **atendeu** ao disposto no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

5.2 Remuneração dos Vereadores

5.2.1 Total da despesa com remuneração dos Vereadores - art. 29, VII, da CF/88

De acordo com o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal, o total da despesa com a remuneração dos vereadores não deve ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais Ajustado
LC Federal nº 101/2000 art. 59 inciso VI, e art. 29-A da CF

Fl.

Rubr.

SLA1287

MUNICÍPIO: URUGUAIANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

O Demonstrativo dos Gastos Totais, composto pela Receita Realizada no Exercício Anterior (I), Gastos Totais (II) e Folha de Pagamento (III), apresentado pelo Poder Legislativo (documentos de código de barras 62301133809942665), foi ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

I-RECEITA EFETIVAMENTE REALIZADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR-RREA	
Art. 29-A da CF e inciso VI art. 59 da LC Federal nº 101/2000	
I-TOTAL DA RECEITA EFETIVAMENTE REALIZADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR-RREA (ATUALIZADO)	286.184.807,64
II-GASTOS TOTAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	
Art. 29-A da CF e inciso VI art. 59 da LC Federal nº 101/2000	
II-TOTAL DOS GASTOS TOTAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	11.239.467,95
%/RREA (AJUSTADO)	3,93
III-FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	
Art. 29-A da CF e inciso VI art. 59 da LC Federal nº 101/2000	
III-TOTAL DOS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	9.230.175,82
%/RREA (AJUSTADO)	53,75

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Observações finais:

- Após análise da equipe técnica deste Tribunal, foi realizado ajuste no valor da receita total do município para fins de verificação do atendimento ao disposto no art. 29 da CF/88 informada pelo Poder Legislativo (R\$ 442.294.895,98, conforme peça 5673630) para que o mesmo fosse adequado ao valor apresentado pelo Poder Executivo (R\$ 389.936.185,67, conforme peça 5708178).
- A Receita Realizada no Exercício Anterior - RREA informada pelo Poder Legislativo, de R\$ 280.091.742,44 (peça 5673630, pg. 08 - RVE Poder Legislativo Modelo 13), foi ajustada no valor de R\$ 6.093.065,20, para igualar ao valor de R\$ 286.184.807,64 contido na peça 5708178, pg. 52-58, do processo de contas anuais nº 001113-0200/23-4 do Executivo Municipal (RVE Modelo 13 do Poder Executivo).

Emitido em 07/05/25

VINICIUS FEISTEL VALERIO
Auditor de Controle Externo.

Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2023
CM DE URUGUAIANA
3º Quadrimestre



23.0.2.8
26/01/2024
11:21:06
Pág.: 1/3

Nome da Entidade: CM DE URUGUAIANA
CNPJ: 01701521000139
ORGÃO Nº: 62401
Geração de PAD: Poder Legislativo

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		Valores expressos em reais
		VALOR AJUSTADO
Arrecadadas no mês de referência e nos meses anteriores (12 meses)		415.736.169,50

MODELO 10 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 59

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% S/RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 últimos meses	10.229.513,40	2,46 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		5,00 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		5,70 %
Limite Legal - LRF, alínea "a" do Inciso III do art. 20		6,00 %

MODELO 11 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

F.R.	Obrigações Financeiras					Valores expressos em reais
	Restos a Pagar Processados		RPNP de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	Total Obrigações Financeiras antes Inscrição RPNP Exercício	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício				
	(a)	(b)		(d)	(e) = (a) + (b) + (c) + (d)	
500	0,00	130.561,76	0,00	0,00	130.561,76	
869	0,00	0,00	0,00	51.776,97	51.776,97	
TOTAL	0,00	130.561,76	0,00	51.776,97	182.338,73	

F.R.	Disponibilidade de Caixa Bruta	Total Obrigações Financeiras antes Inscrição RPNP Exercício	Disponibilidade de Caixa Bruta (antes da inscrição RPNP do exercício)	RPNP do exercício	Disponibilidade de Caixa Bruta (após inscrição RPNP do exercício)
	(f)	(e)	(g) = (f) - (e)	(h)	(i) = (g) - (h)
500	2.281.192,62	130.561,76	2.150.630,86	393.343,46	1.757.287,40
869	51.776,97	51.776,97	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.332.969,59	182.338,73	2.150.630,86	393.343,46	1.757.287,40

MODELO 13 - DEMONSTRATIVO DOS GASTOS TOTAIS

art. 29 - A da Constituição Federal e inciso VI do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal

I - Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior	Valores expressos em reais
	Valor Atualizado
RREA	280.091.742,44

Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2023
CM DE URUGUAIANA
3º Quadrimestre



23.0.2.0
26/01/2024
1:21:06
Pág.: 2/3

II - GASTOS TOTAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL		Valor Ajustado
Gastos Totais	4,01 % S/RREA	1.239.467,95
Limite Legal de Gastos Totais - 3,5% a 7% S/RREA <small>Incluídas I a VI do art. 29-A da Constituição Federal</small>	6,00 % S/RREA	16.805.504,55

III - FOLHA DE PAGAMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL		Valor Ajustado
Gastos com Folha de Pagamento	54,92 % S/GT	9.230.175,82
Limite Legal - até 70,00% sobre o Limite Legal de Gastos Totais	70,00 % S/GT	1.763.853,18

Pá

Página

DOCUMENTO DE ACESSO

ACE:
P036

Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL

EXERCÍCIO DE 2023

CM DE URUGUAIANA

3º Quadrimestre



62303133809942665



23.0.2.0

26/01/2024

11:21:06

Pág.: 3/3

URUGUAIANA, 26 de Janeiro de 2024 .

ADENILDO DE JESUS PADOVAN

Presidente da Câmara Municipal

ZACHEU DA SILVA SANTOS

Responsável pela Administração Financeira

EMILENE MOROSCO RISSO

Responsável pelo Controle Interno

Informação de Receitas cfe e-mail - p/ PAD e SICONF 3º Quadrimestre 2023

contabilidade@uruguaiana.rs.gov.br

25 de janeiro de 2024 às 14:12

Para: contabilidade@uruguaiana.rs.leg.br

Informamos as receitas para o PAD e SICONF do 3º quadrimestre de 2023, em atendimento a solicitação por e-mail do Legislativo Municipal.

Receita Total do município em 2023: 442.294.895,98

Receita Corrente Líquida de 2023 - p/uso no STN/SICONF: 420.856.897,50

Receita Corrente Líquida de 2023 - p/uso no SIAPC/PAD: 415.911.169,50

Receita Corrente Líquida de 2023 - ajustada - p/ cálculo dos limites da desp pessoal - STN/SICONF: 420.681.897,50

Receita Corrente Líquida de 2023 - ajustada - p/ cálculo dos limites da desp pessoal - SIAPC/PAD: 415.736.169,50

Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior - FREA - 2022 - ajustada: 280.091.742,44

Irton R G Ali

Departamento de Contabilidade - PMU

25/01/2024

